

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Principais Resultados 2012-15 Desafios e Estratégias 2016-19

Brasília, 30 de março de 2016

Evolução da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil nos últimos anos

- Redução da pobreza e desigualdade social;
- Redução da insegurança alimentar e fome;
- Redução da desnutrição e mortalidade infantil;
- Aumento do poder de compra de alimentos pelas famílias.

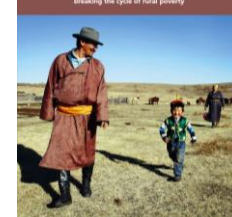
Ao mesmo tempo....

- Aumento do excesso de peso, obesidade e doenças crônicas

O Brasil alcançou destaque na esfera internacional....

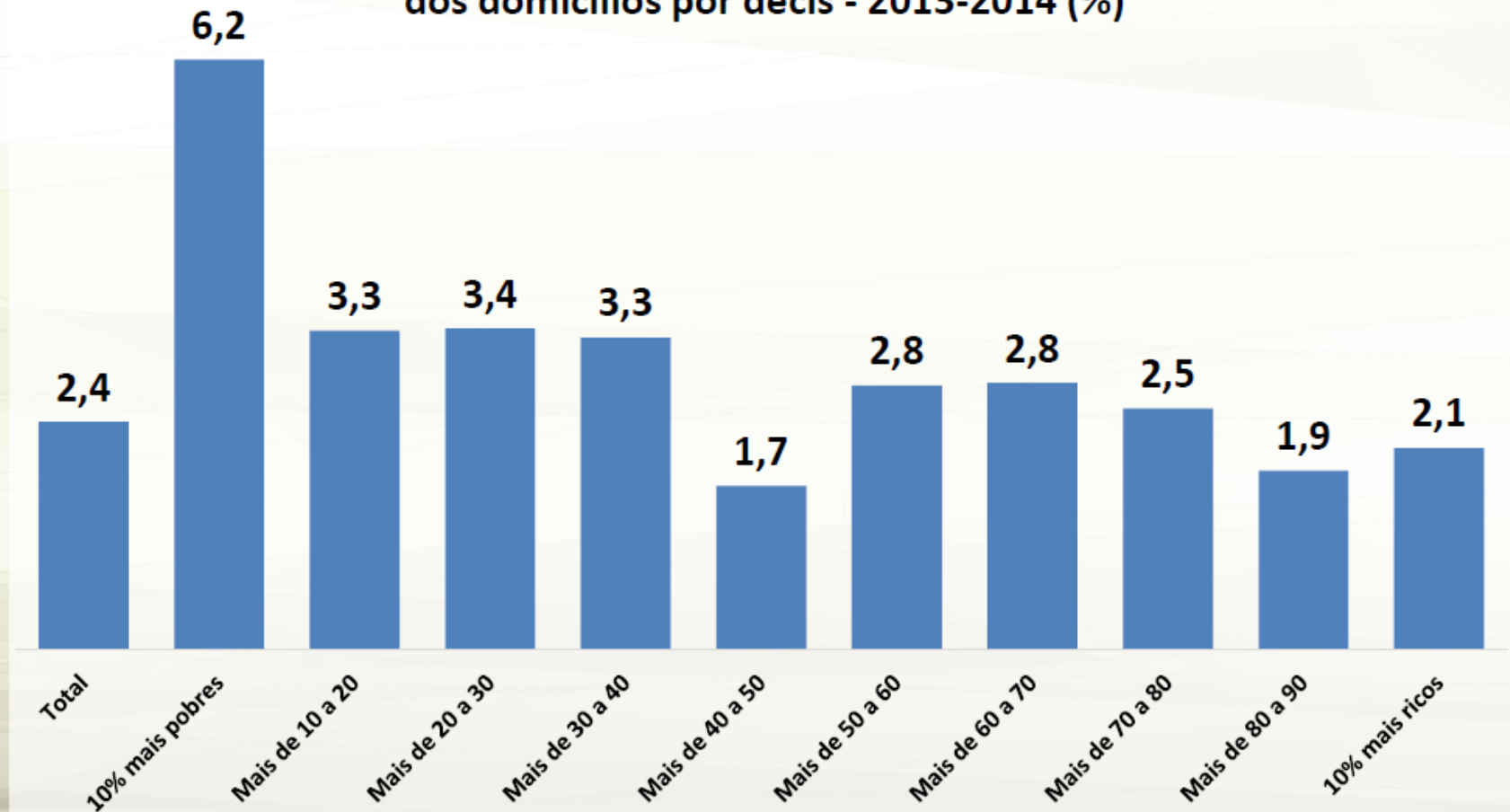
- ...atingindo as principais metas estabelecidas para a superação da extrema pobreza e da fome no mundo.
- *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014*, relatório publicado pela FAO, revela que o indicador de população em subalimentação no Brasil (PoU – Prevalence of Undernourishment) caiu para menos de 5%, limite estatístico abaixo do qual considera-se que **o país superou o problema da fome.**

Em 2015, a FAO reafirmou os progressos do Brasil e da América Latina, destacando a prioridade política da agenda de erradicação da fome e da desnutrição na região.



Principais Indicadores

Variação do rendimento médio mensal per capita real dos domicílios por decis - 2013-2014 (%)

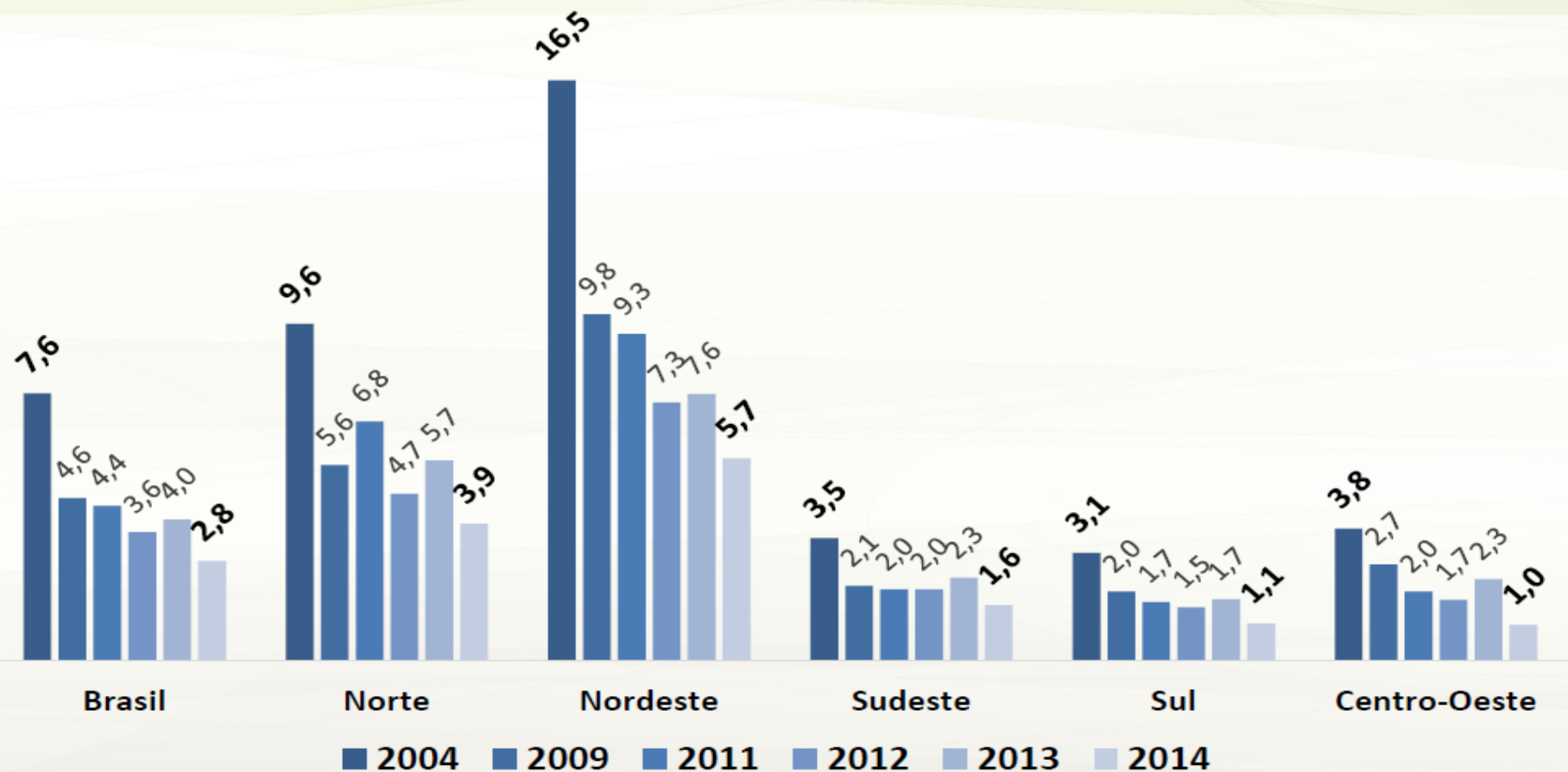


Fonte: PNAD 2014, elaboração MDS

A renda média domiciliar per capita vem aumentando. **Entre a população mais pobre esse crescimento tem acontecido de forma ainda mais acelerada**, o que contribuiu também para a redução das desigualdades sociais.

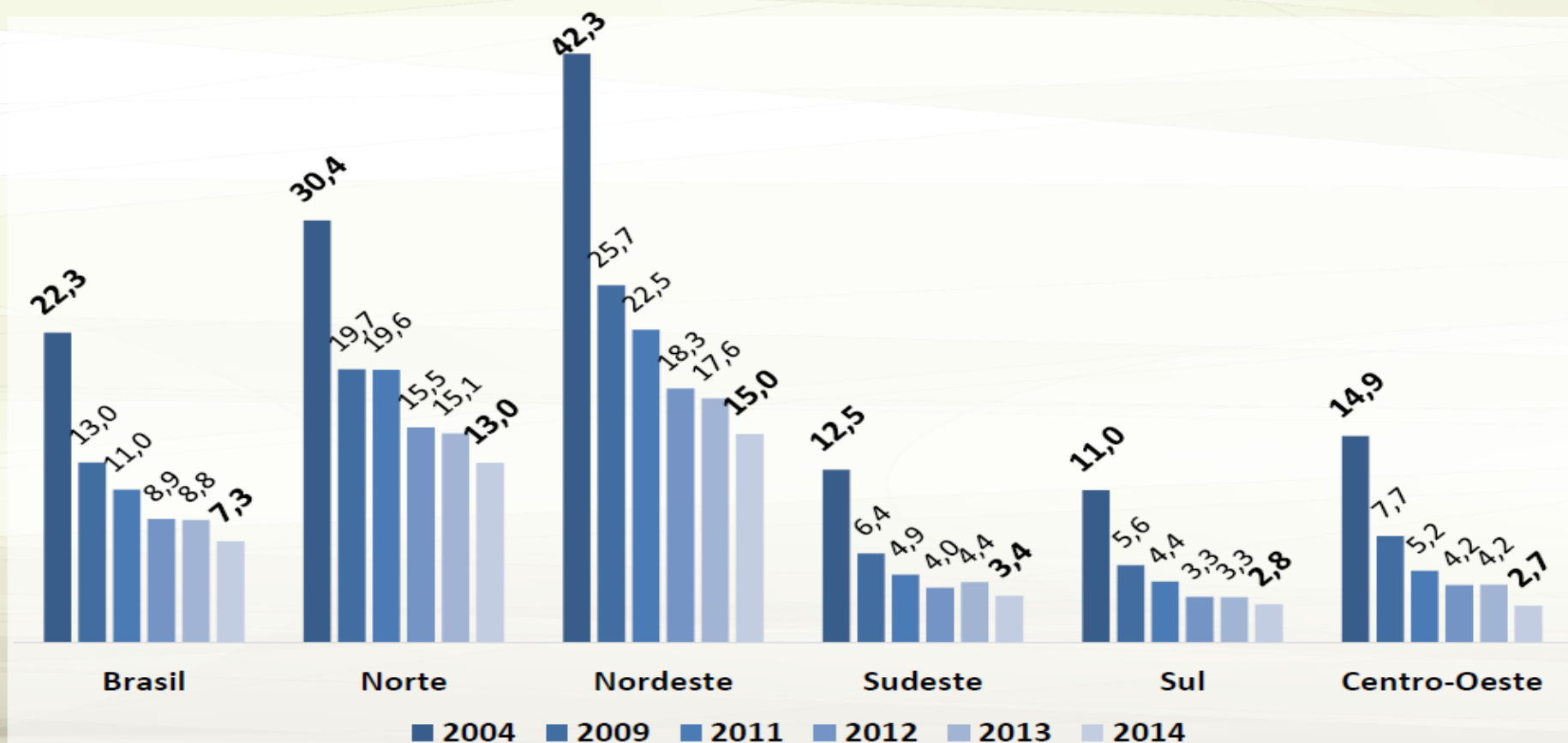
Diminuição da Extrema Pobreza

Taxa de extrema pobreza - Brasil, Grandes Regiões - 2004, 2009, 2011 a 2014



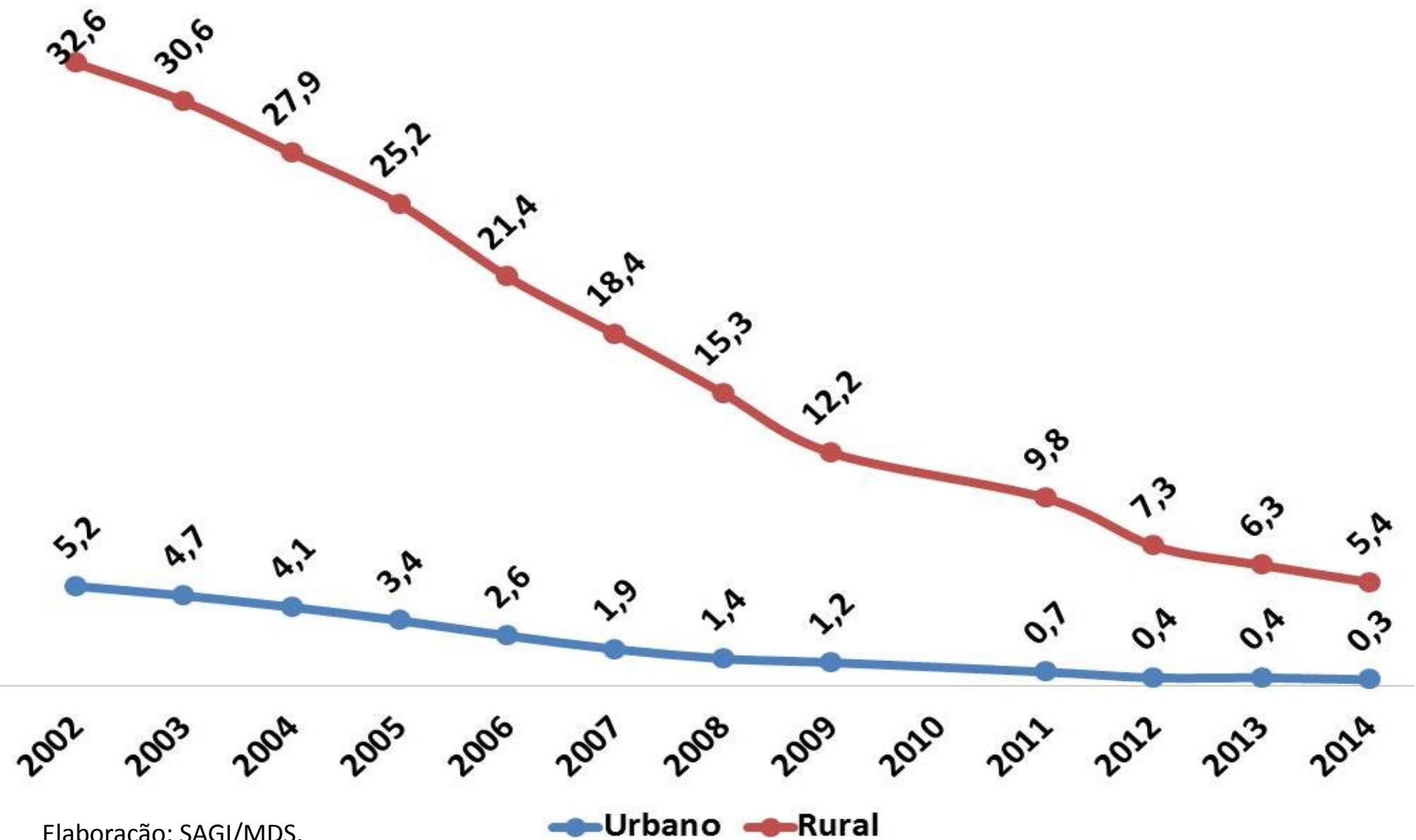
Diminuição da Pobreza

Taxa de pobreza - Brasil, Grandes Regiões - 2004, 2009, 2011 a 2014



Indicadores sociais

Redução da Pobreza Multidimensional Crônica – Urbano e Rural



Evolução do Índice de Gini do rendimento mensal real dos domicílios

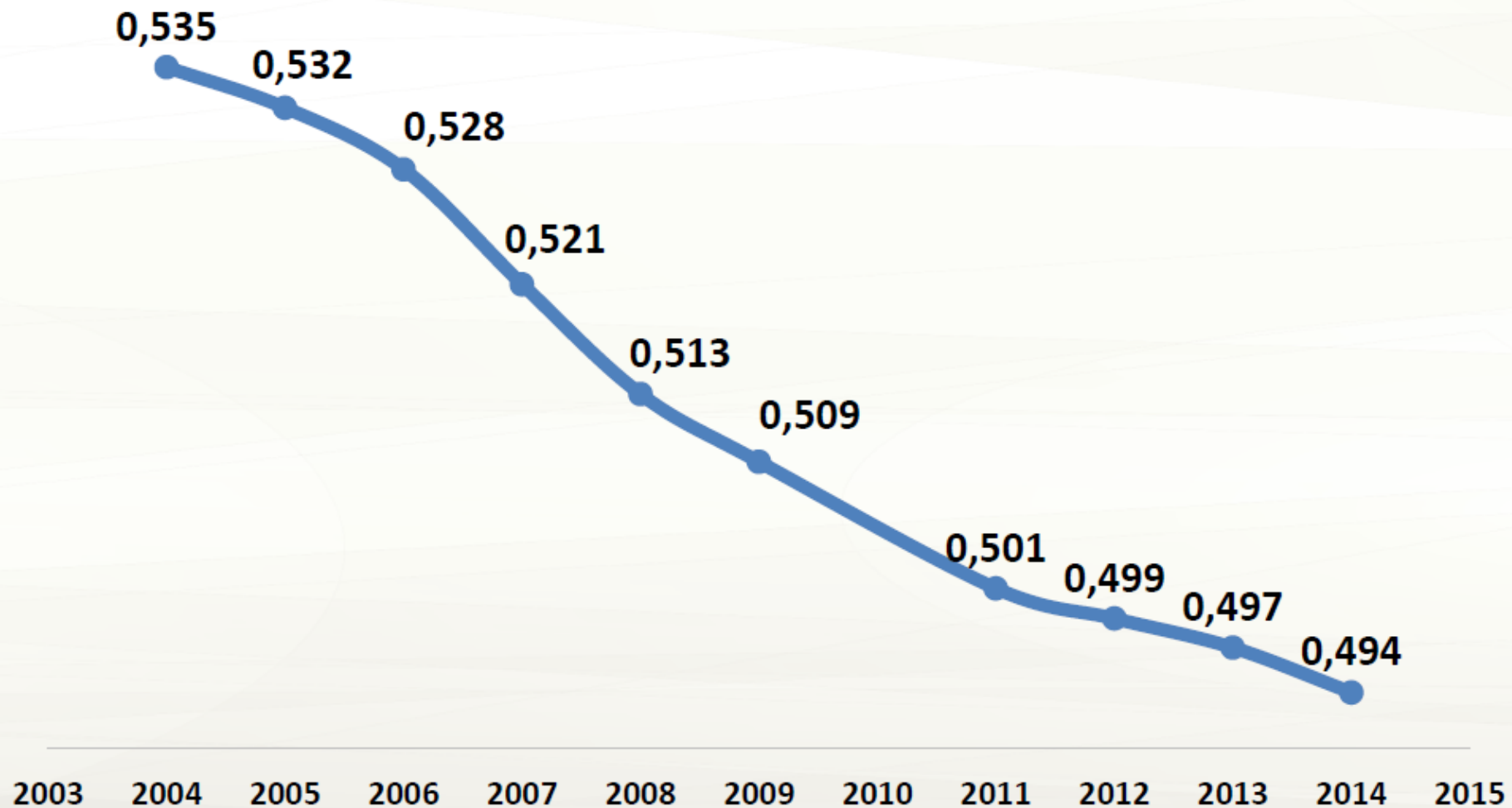
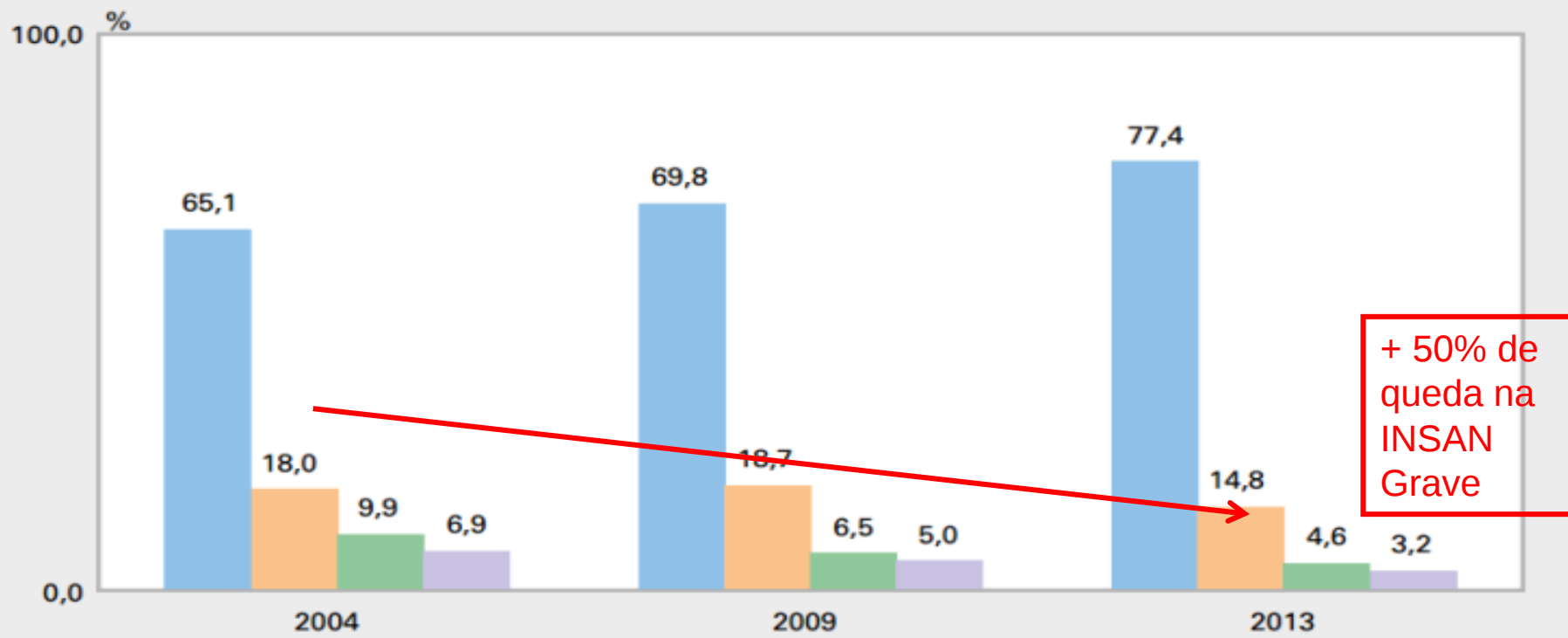


Gráfico 1 - Distribuição percentual dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004/2013

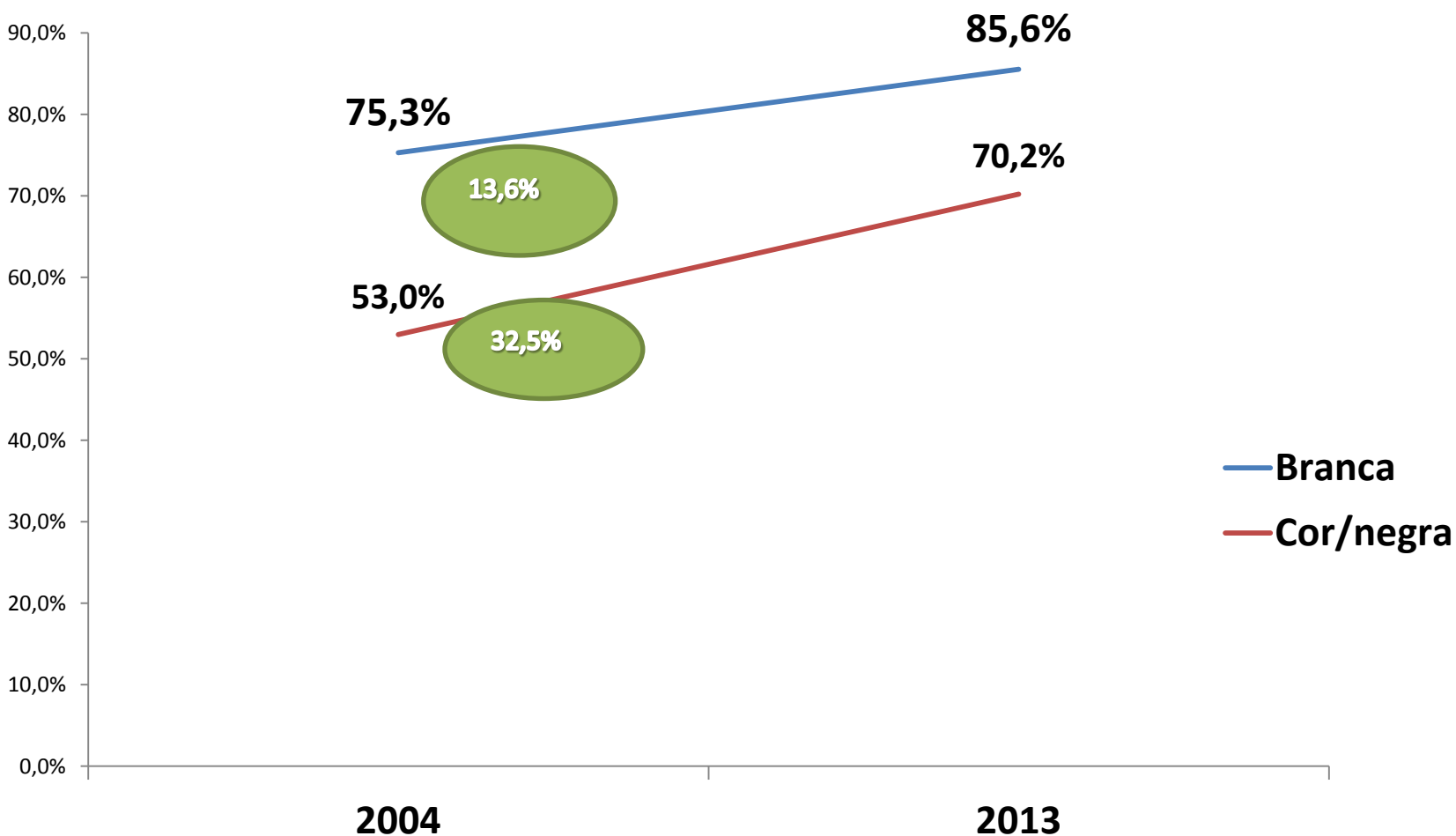


Fonte: PNAD/IBGE, 2013.

■ Segurança alimentar
■ Insegurança alimentar leve
■ Insegurança alimentar moderada
■ Insegurança alimentar grave

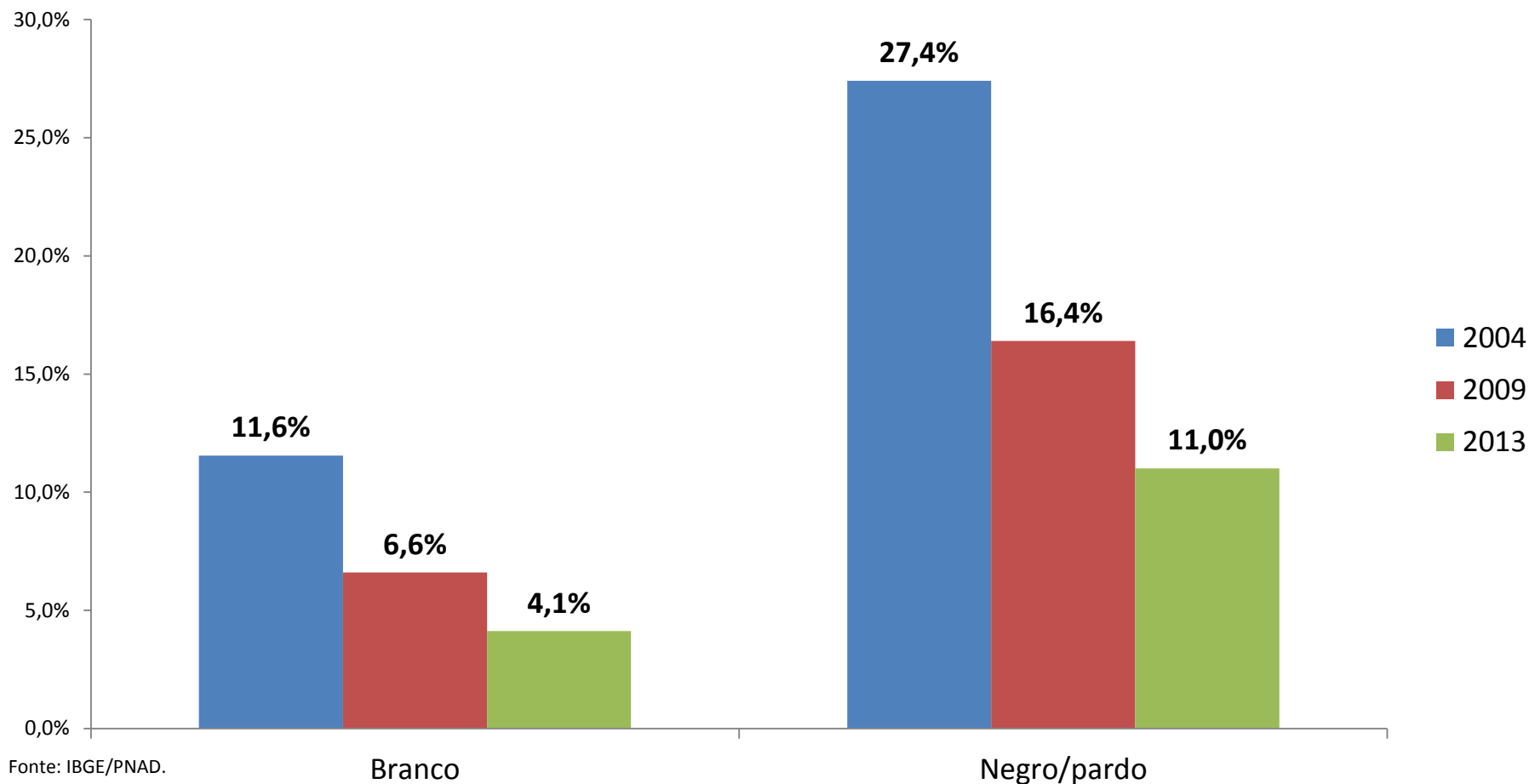
O crescente aumento da renda, aliado a outras políticas de SAN, permitiu que o percentual de domicílios brasileiros em insegurança alimentar grave diminuísse em 50% na última década.

Percentual de domicílios em SAN, segundo cor/raça da pessoa de referência do domicílio.



Fonte: PNAD/IBGE, 2013.

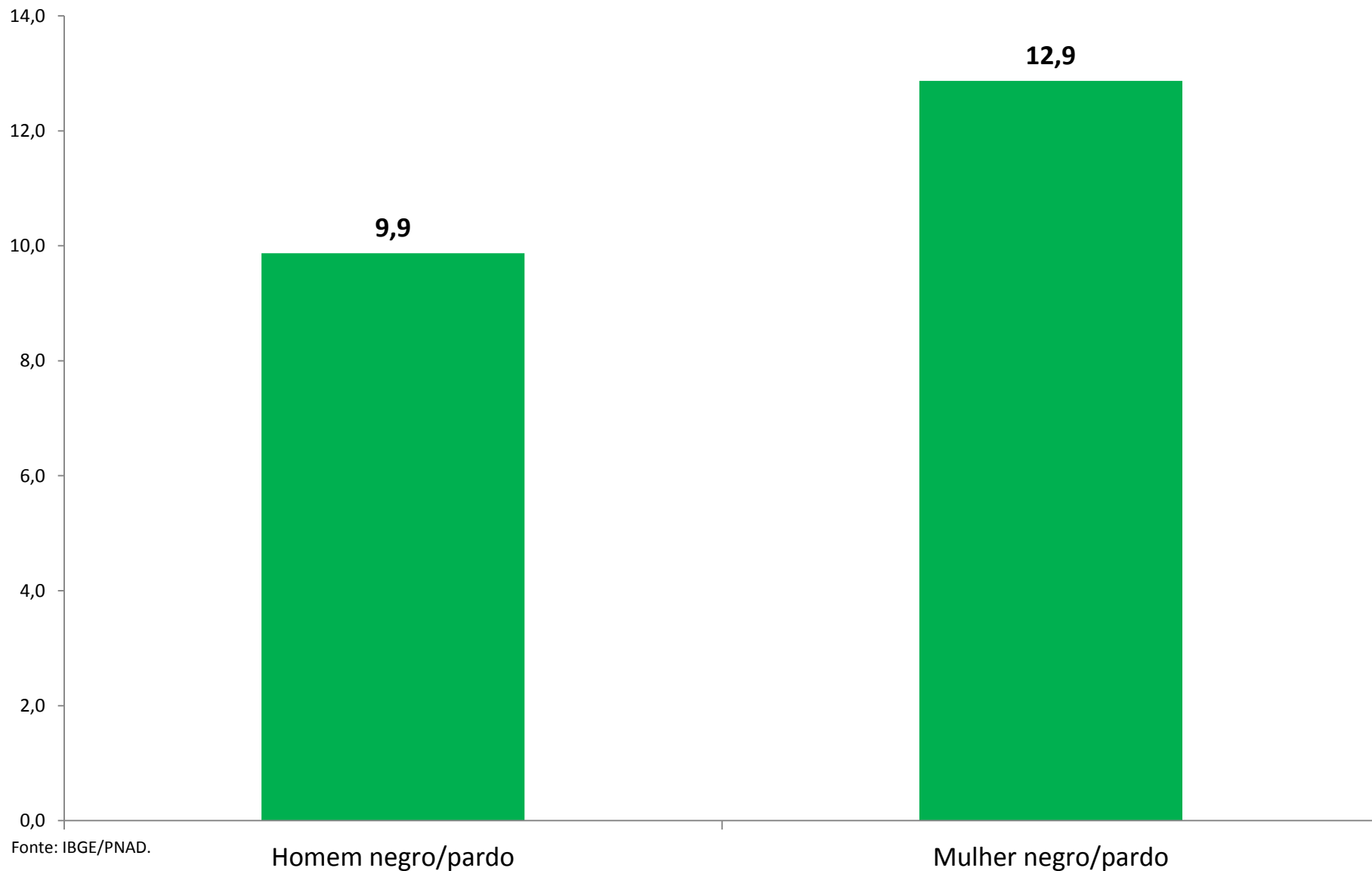
Percentual de domicílios em InSAN grave ou moderada, segundo raça/cor da pessoa de referência do domicílio - Brasil - 2004/2013



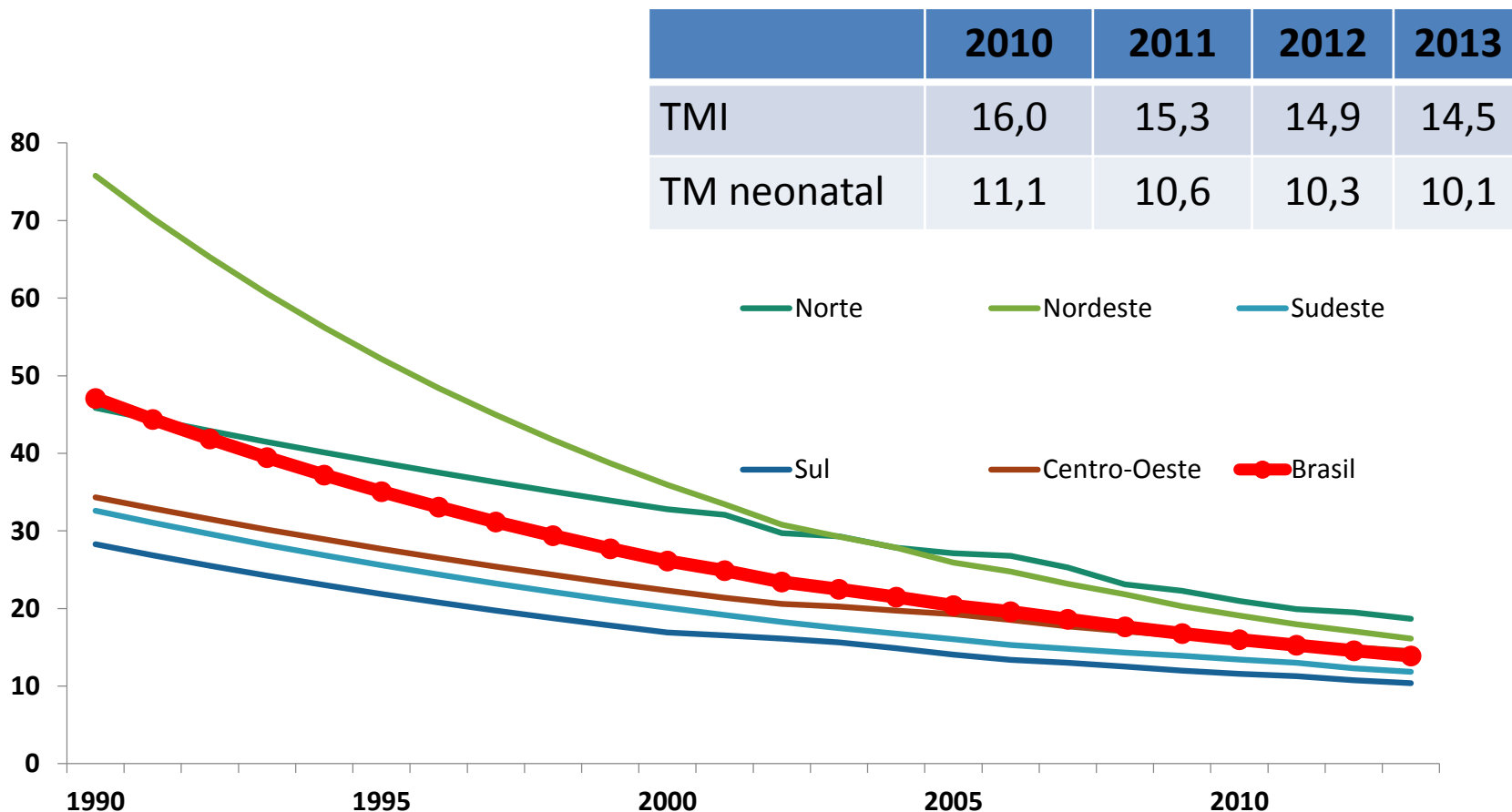
Fonte: IBGE/PNAD.

Índice Brasil insegurança alimentar grave + moderada = 7,8%

Percentual de domicílios em InSAN grave ou moderada, segundo sexo da pessoa de referência do domicílio negra/parda - Brasil - 2013



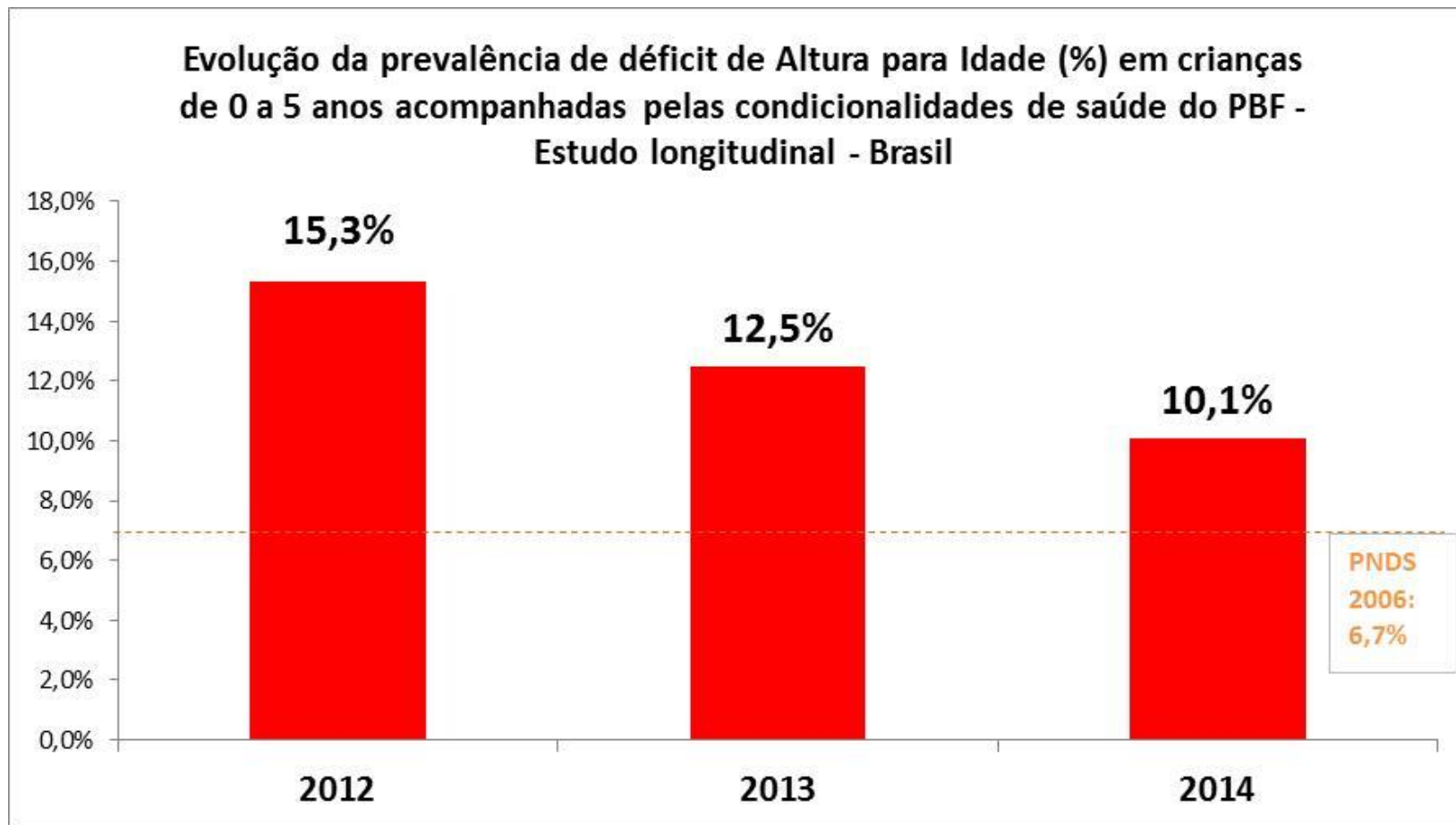
Queda da mortalidade infantil Brasil e regiões



AVANÇOS: Redução em 70% da mortalidade infantil (1990 – 2012/ODM) e Diminuição das Desigualdades regionais.

DESAFIO: Reduzir TMI para menos que 10. Reduzir os óbitos preveníveis. Diminuir óbitos neonatais. Diminuir desigualdades regionais e em grupos vulneráveis.

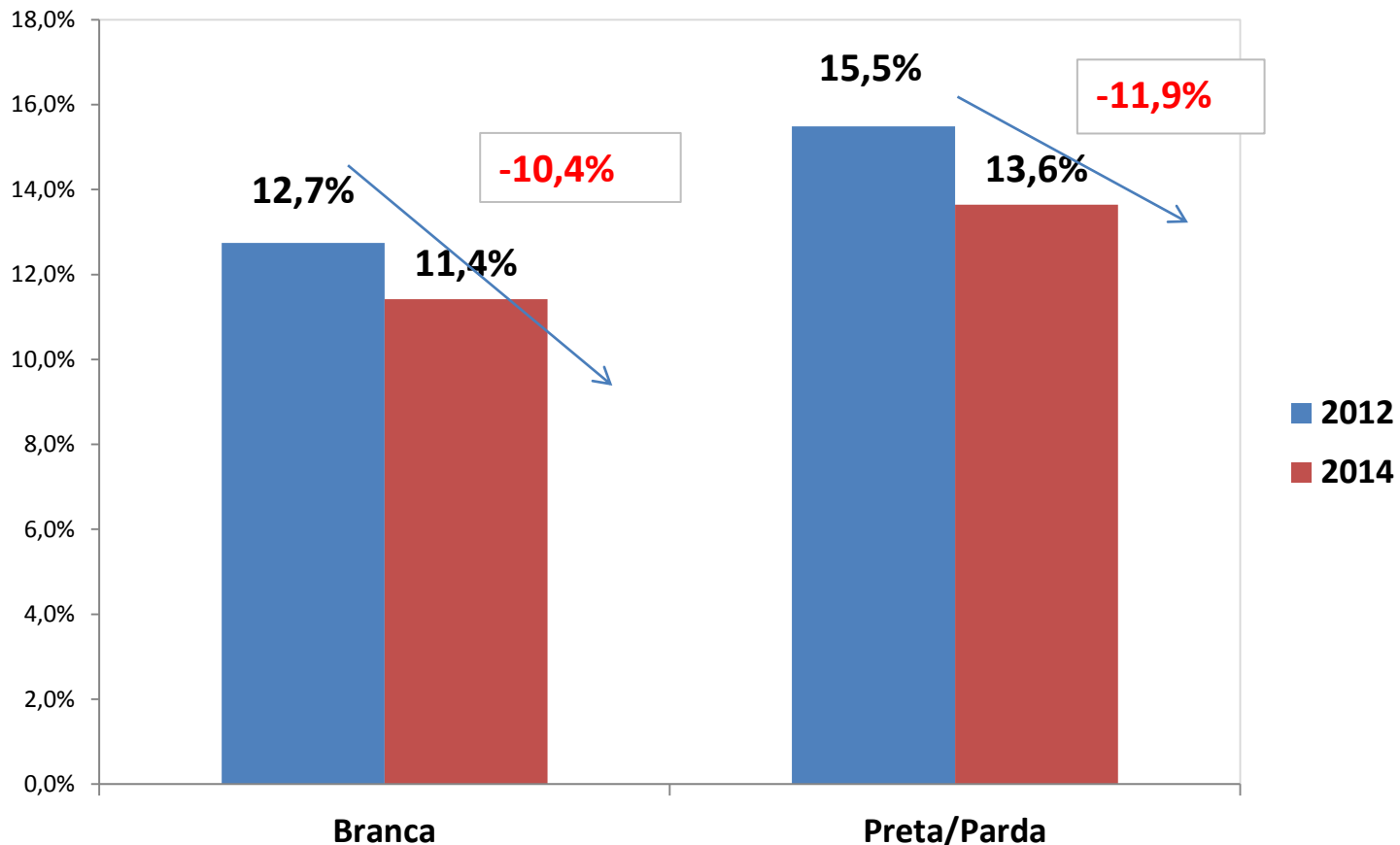
Redução da desnutrição crônica das crianças acompanhadas pelo SISVAN no Bolsa Família



Fonte: CADÚNICO e SISVAN 2012-2014.

Nota: O teste de hipótese realizado, o não-paramétrico para proporção da Binomial, próprio para comparar “antes e depois”, comparando 2012 com 2014, fornece p-value abaixo de 0,01 para todos os indicadores de Altura para Idade, e para o indicador de Peso para Idade dos Agricultores, indicando evolução significativa. O p-value é acima de 0,05 para todos os indicadores de Peso para Idade, exceto Agricultores, indicando não haver diferença significativa entre 2012 e 2014

Desnutrição (%) em Altura para a Idade de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família



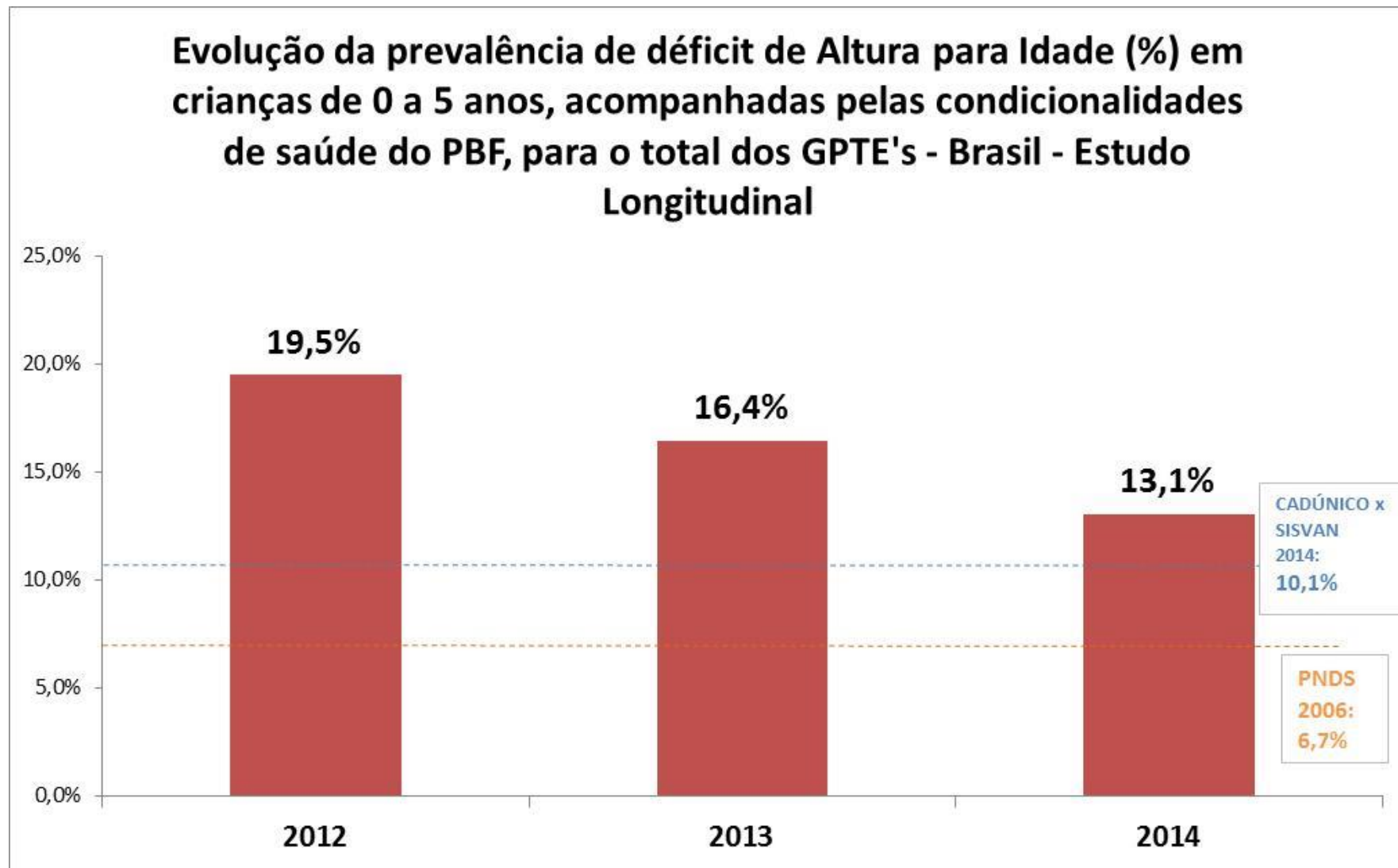
Fonte: Cadúnico 2014. SISVAN 2012-2014.

Elaboração: MDS

BRASIL = 6,8%

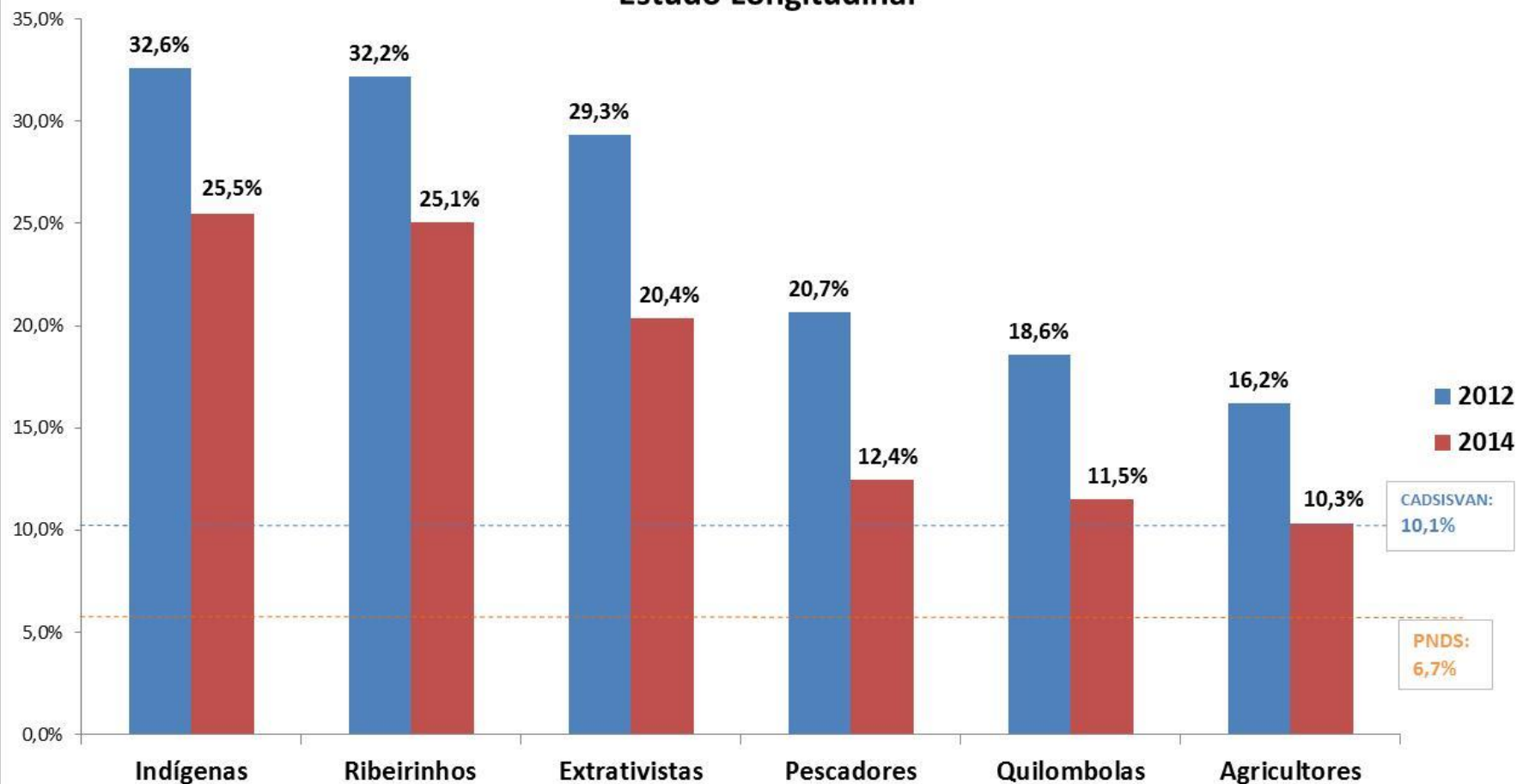
Fonte: PNDS 2006

Redução da desnutrição crônica nas crianças dos GPTEs acompanhadas pelo SISVAN no PBF - Estudo longitudinal

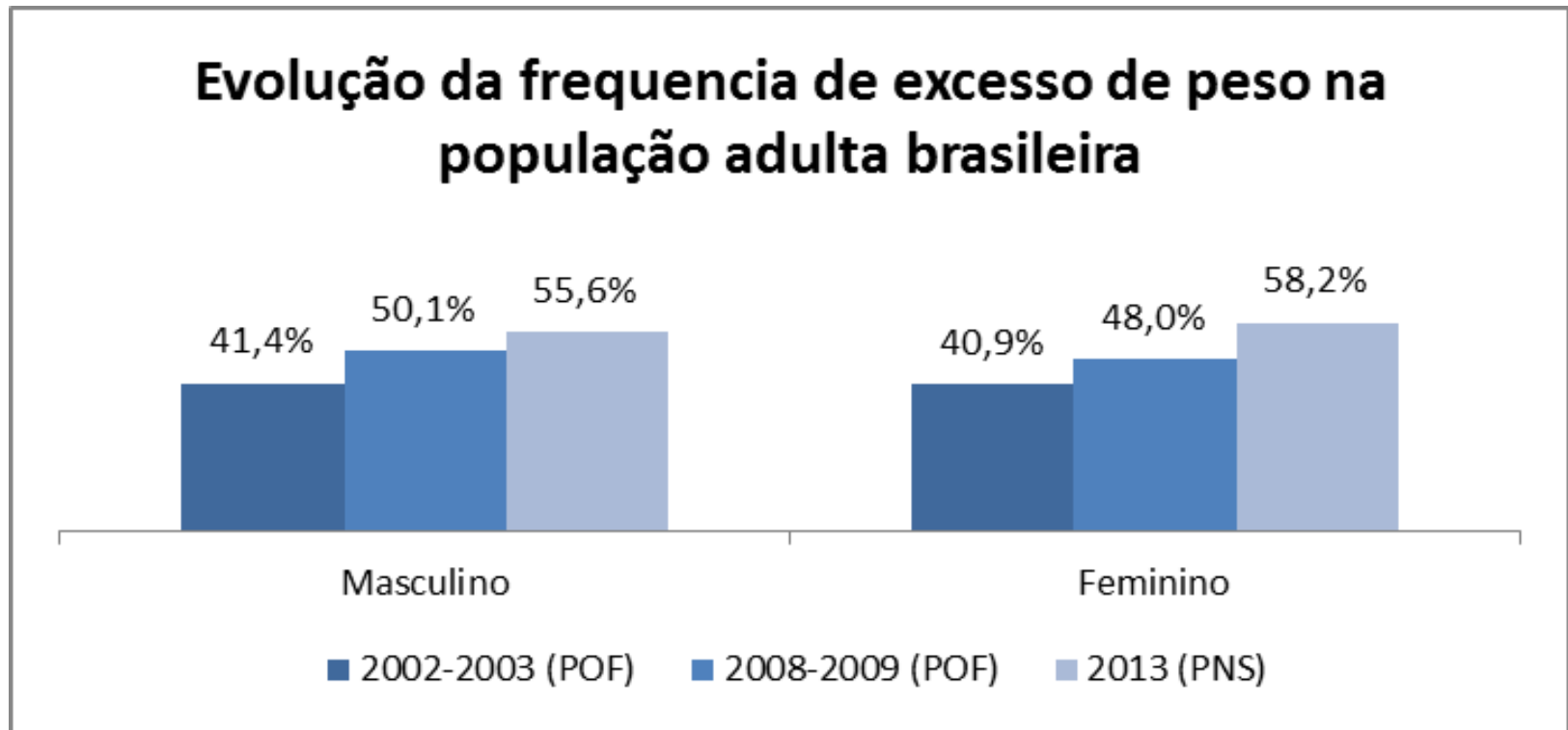


Redução da desnutrição crônica nas crianças acompanhadas pelo SISVAN no PBF – por segmento.

Evolução da prevalência de déficit de Altura para Idade (%) em crianças de 0 a 5, acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do PBF, por GPTE's - Brasil - Estudo Longitudinal



Nos últimos 11 anos, a frequência de excesso de peso aumentou 14,2% na população masculina e 17,3% na população feminina.



- 57% da população adulta excesso de peso e 21,3% estão com obesidade;
- 1/3 das crianças de 5 a 9 anos já estão com sobrepeso;
- Na adolescência (13 a 15 anos) o excesso de peso ultrapassa os 20%;

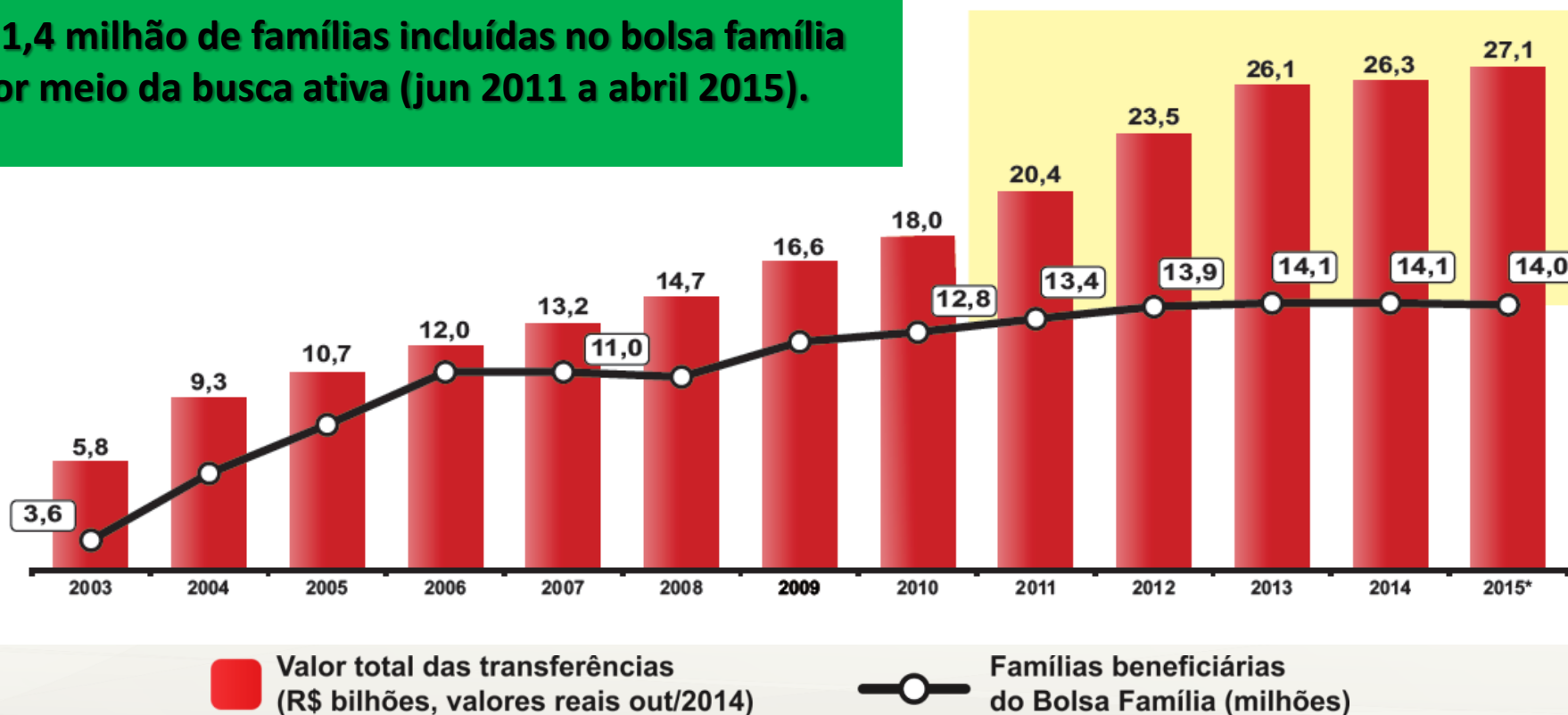
Principais Programas e Políticas Públicas de SAN

Bolsa Família

Aumento real de 50% no valor das transferências entre 2010 e 2014

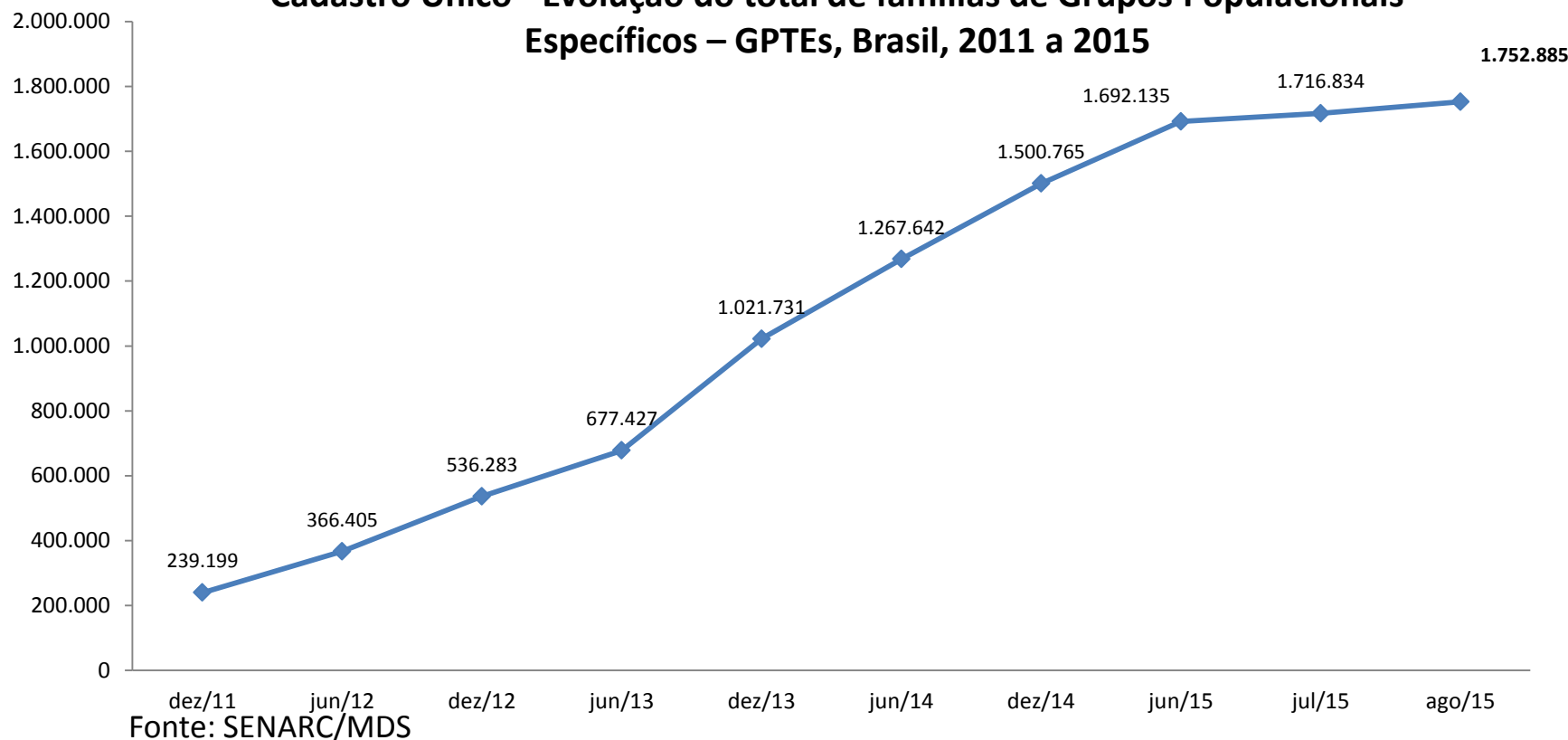
- 68% das famílias inscritas no CadÚnico são chefiadas por mulheres negras.

- 1,4 milhão de famílias incluídas no bolsa família por meio da busca ativa (jun 2011 a abril 2015).



1,7 milhões de famílias GPTES foram inseridas no CadÚnico com possibilidade de inclusão nas políticas públicas.

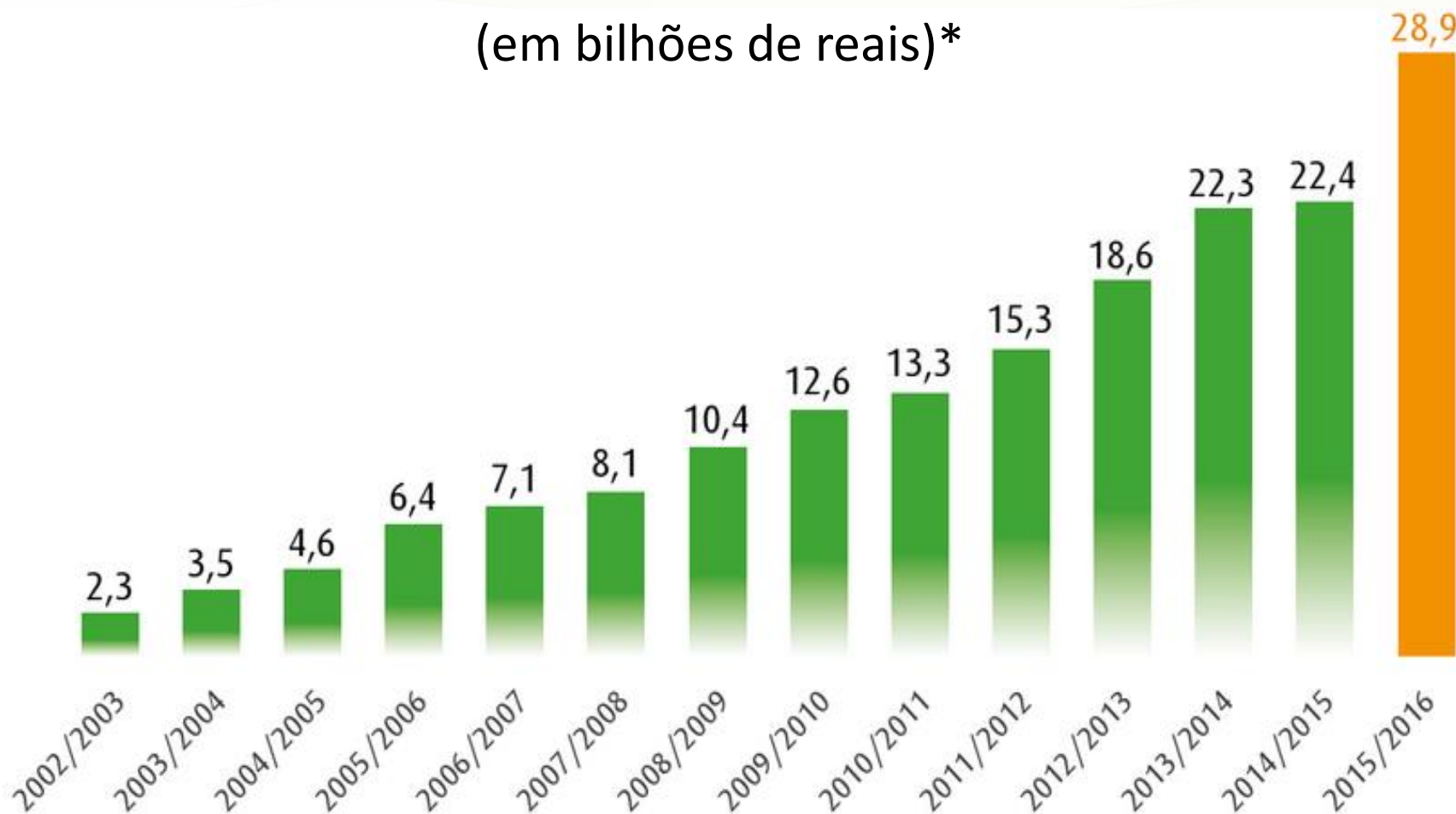
Cadastro Único - Evolução do total de famílias de Grupos Populacionais Específicos – GPTes, Brasil, 2011 a 2015



*Os GPTes incluem as famílias indígenas, quilombolas, ciganas, pertencentes a comunidades de terreiro, extrativistas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, de agricultores familiares, de assentados da reforma agrária, de acampados, de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de catadores de material reciclável, em situação de rua e de presos do sistema carcerário.

Fortalecimento da agricultura familiar

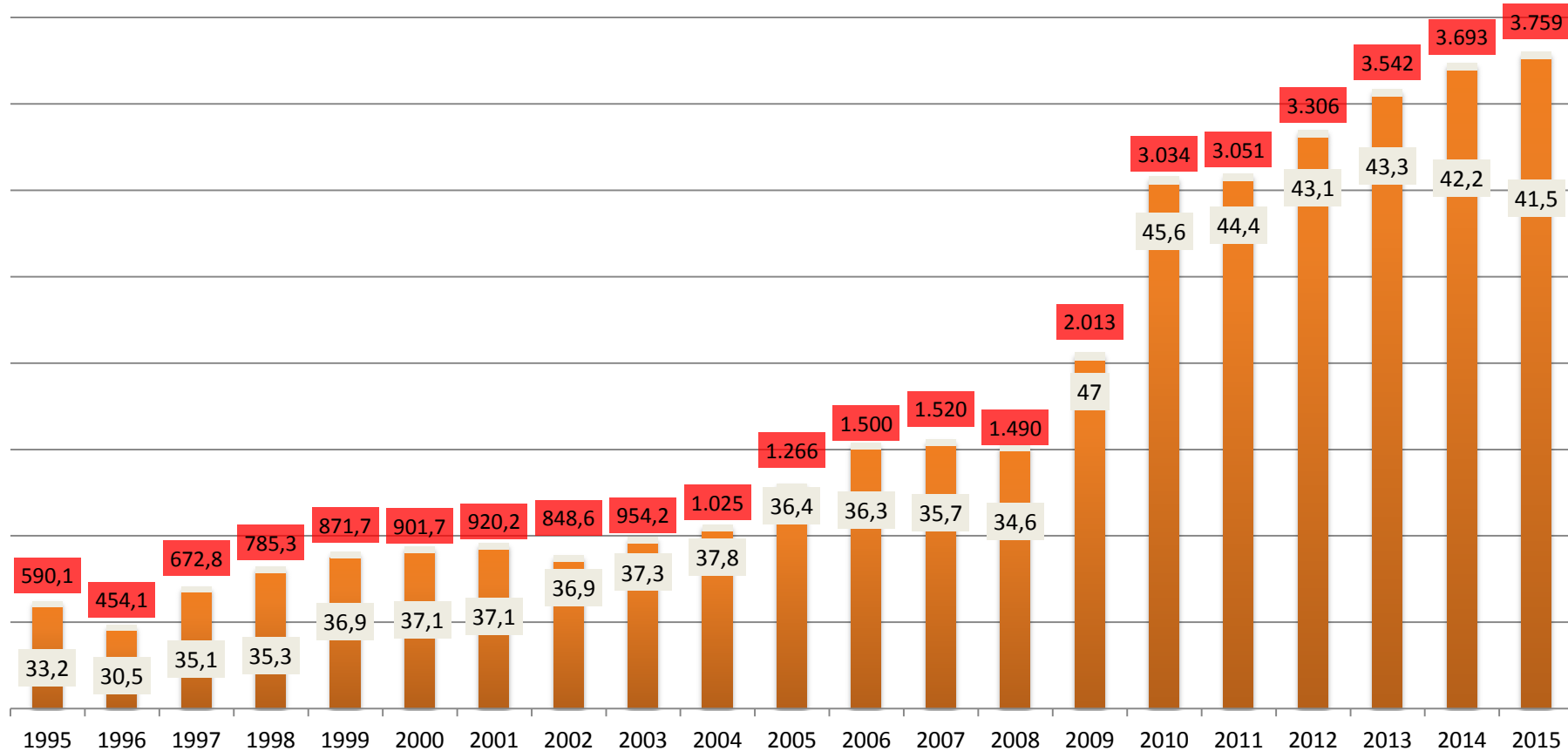
PRONAF – Evolução dos valores disponibilizados (em bilhões de reais)*



Fonte: Bacen/Deprop/Sicor e MDA: www.mda.gov.br. Elaboração: CAISAN/MDS.

*Estas informações são parciais. O PRONAF beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Recursos financeiros aplicados e alunos atendidos no PNAE



■ Alunos atendidos (em milhões)

■ Recursos financeiros (em milhões R\$)

Fonte: FNDE/MEC. Elaboração SESAN/MDS

O PNAE atendeu **41,5 milhões de alunos** e **65% das unidades executoras** (Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação) **compraram no mínimo 30% da AF.**

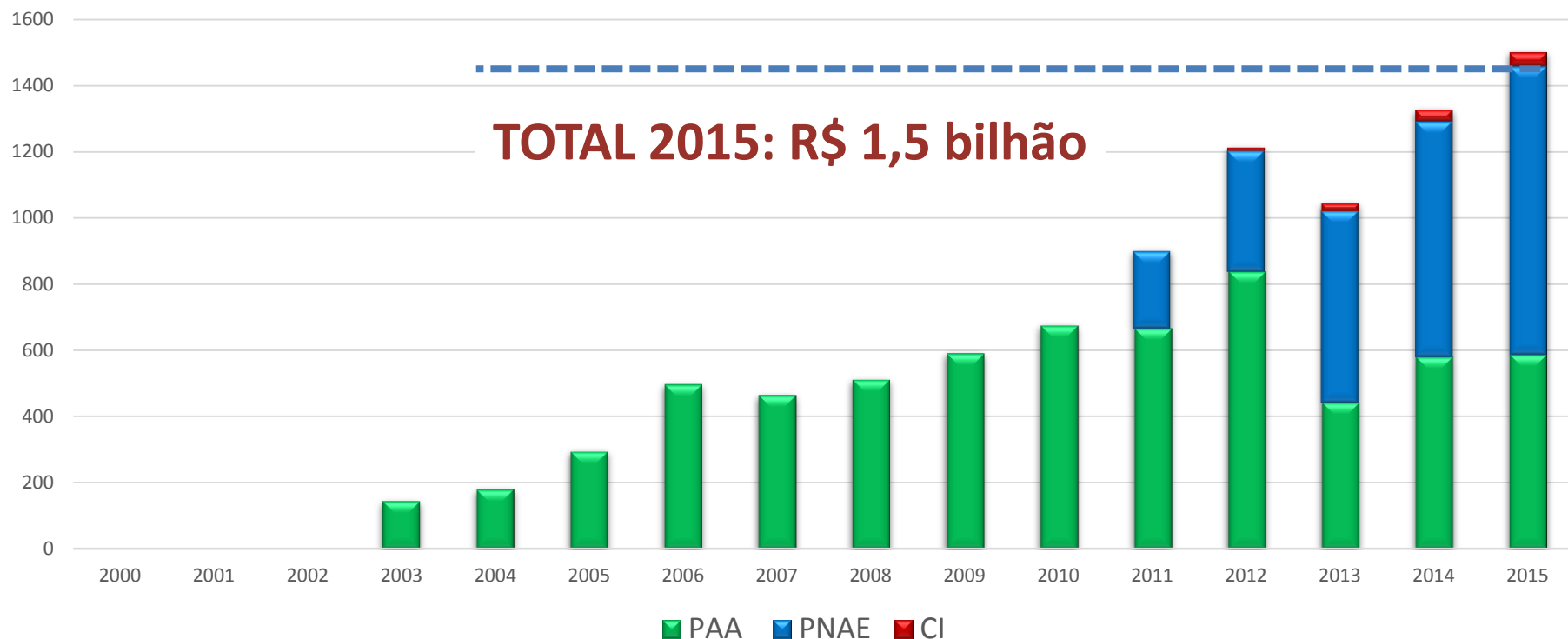
AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Duas novas modalidades do **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** foram instituídas:

- ❖ **Aquisição de Sementes**, que permite a compra e doação de sementes pelo Programa;
- ❖ **Compra Institucional**, que autoriza que municípios, estados, DF e órgãos federais da administração direta e indireta para comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, dispensada a licitação.

Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 - Estabeleceu que os órgãos federais (administração direta e indireta) deverão **destinar pelo menos 30% dos recursos aplicados à aquisição de alimentos para compra de produtos da agricultura familiar e suas organizações**. As compras poderão ser feitas por órgãos que fornecem alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches, escolas filantrópicas, entre outros.

Evolução das Compras Públicas da Agricultura Familiar no Brasil (PAA, PNAE e CI) 2000 a 2015 – em milhões de R\$



Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TOTAL				145,01	181,07	295,58	497,83	465,11	512,04	591,24	675,13	902,00	1.213,76	1.047,51	1.328,55	1.501,17

Fonte: Elaborado por DECOM/SESAN 2016

Dados PNAE: Fonte FNDE 2011 a 2014, e estimativa DECOM para 2015

Premissas: Estimativa PNAE 2015 = R\$ 870 mi (estimativa aumento de 22% - mesma taxa de crescimento 2013-2014)

De 2003 a 2015 foram regularizados cerca de **61,8 milhões de hectares** de terra (**7,2% do território nacional**), sem considerar as terras indígenas.

Tipo de regularização	Área (ha)	Famílias
Assentamentos da Reforma Agrária	51.247.391	721.442
Unidades de Conservação de Uso Sustentável	9.552.062	15.397
TAUS Ribeirinhos Agroextrativistas	-	54.698
Titulação de comunidades quilombolas	1.033.462	15.397
SUBTOTAL	61.832.915	806.934
Demarcação de terras indígenas	113.606.370	-
TOTAL	175.439.285	806.934

Fontes: FUNAI/MJ, INCRA, ICMBio, SPU/MPOG e SEPPIR.

Notas:

- 1- Assentamentos da Reforma Agrária, 2003-2014 (INCRA);
- 2- Unidades de Conservação de Uso Sustentável inclui RESEX, FLONA e RDS – 2003-2015 (ICMBio);
- 3- Informação sobre hectares (TAUS) não disponível (SPU/MPOG); número de famílias acumulado até 2015;
- 4- Titulação comunidades quilombolas – 2004 a 2015 (SEPPIR);
- 5- Sobre comunidades/famílias indígenas – informação não disponível (FUNAI); hectares demarcados acumulado até 2015 (FUNAI);

Regularização fundiária das comunidades quilombolas

Atualmente existem **196 títulos emitidos**, regularizando **1.032.536,7714 hectares** em benefício de **145 territórios**, **235 comunidades** e **15.397 famílias quilombolas**.

Garantia da gestão das terras pelos povos indígenas

Atualmente existem **731 terras indígenas** reconhecidas no Brasil que representa cerca de **13,3% do território nacional**.

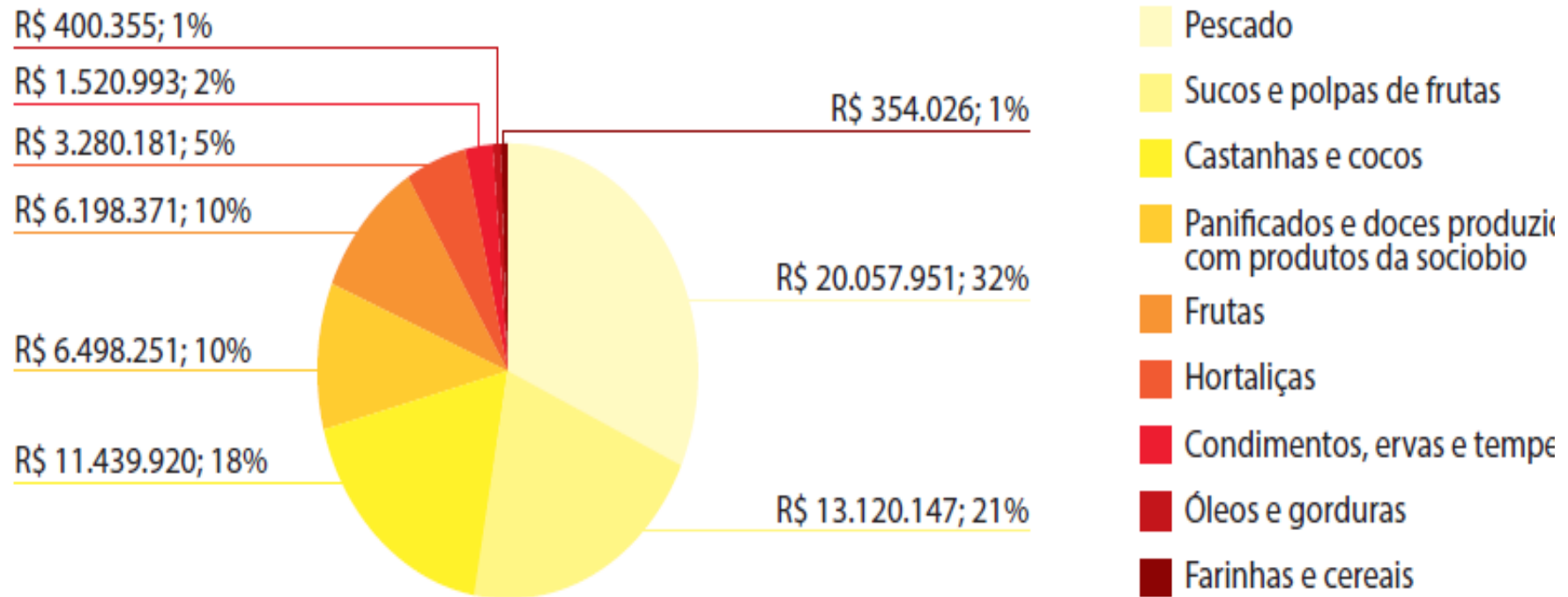
Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)

Subvenções da PGPM-Bio, dados acumulados de 2009 a setembro de 2015				
Estado	Valor Subvenção	Quant. (kg)	Nº de acessos	Produto
Maranhão	R\$ 7.506.510,10	8.267.011	45.065	Babaçu
Bahia	R\$ 6.081.889,84	15.658.154	3.025	Piaçava
Amazonas	R\$ 4.654.633,82	3.695.082	7.668	Açaí, Borracha, Andiroba e Piaçava
Acre	R\$ 1.621.914,08	824.196	2.504	Borracha
Rondônia	R\$ 810.365,36	466.704	1.300	Borracha
Pará	R\$ 590.053,05	505.789	440	Borracha e Andiroba
Amapá	R\$ 550.782,50	855.800	380	Castanha do Brasil
Mato Grosso	R\$ 75.038,15	33.231	69	Borracha
Ceará	R\$ 60.219,84	114.927	95	Babaçu
Paraíba	R\$ 11.117,97	9.706	22	Mangaba
Minas Gerais	R\$ 6.662,00	24.162	13	Pequi e Macaúba
Piauí	R\$ 1.000,26	2.779	12	Babaçu
	R\$ 21.970.186,97	30.457.541	60.593	

Fonte: Conab, setembro/2015.

De 2009 a 2015 foram executados R\$ 21.970.186,97 em subvenções PGPM-Bio, com mais de 60 mil acessos em 103 municípios e 12 estados brasileiros.

Compra de produtos da socioblo pelo PAA, Janeiro/2012 a Junho/2015



Fonte: PAA Data. Elaboração: CAISAN/MDS

Nos últimos anos, o PAA investiu aproximadamente R\$ 63 milhões na compra de produtos da sociobiodiversidade.

Evolução do Programa de fomento às Atividades Produtivas Rurais

Ano	N. de famílias incluídas	%	Valores transferidos às famílias (R\$) ¹	%
2012	24.003	12	27.427.500	6
2013	30.314	15	61.496.100	13
2014	93.130	47	213.965.100	47
2015	49.235	25	157.309.900	34
TOTAL ²	196.682	100	460.198.600	100

Fonte: Base de beneficiários do Programa de Fomento, SESAN/MDS jan/2012 a dez/2015; SIAFI Gerencial, 2012/2015.

Obs. (1): Os valores dizem respeito à soma de todas as parcelas de recursos do fomento que foram transferidas às famílias beneficiárias em cada ano da execução do Programa, considerando a liquidação de RAP e do empenho da D do ano corrente.

Obs. (2): O total de famílias inclui agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária e PCTs, conforme define a Lei nº 11.326/2006.

O Programa de Fomento apoia as famílias de produtores rurais na elaboração de projetos de estruturação produtiva, por meio da oferta de serviços de ATER e repasse de recursos não reembolsáveis.

Pacto Nacional para Alimentação Saudável

DECRETO Nº 8.553, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015



- I. Aumentar a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis, com destaque aos provenientes da AF, orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade;
- II. Reduzir o uso de agrotóxicos e induzir modelos de produção de alimentos agroecológicos.
- III. Fomentar a educação alimentar e nutricional ...
- IV. Promover hábitos alimentares saudáveis para a população brasileira.
- V. Reduzir de forma progressiva os teores de açúcar adicionado, gorduras e sódio nos alimentos processados e ultraprocessados.
- VI. Incentivar o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, bem como a regulamentação da comercialização, da propaganda, da publicidade...
- VII. Fortalecer as políticas de comercialização e de abastecimento da agricultura familiar;
- VIII. Aperfeiçoar os marcos regulatórios para o processamento, a agroindustrialização e a comercialização dos produtos da agricultura familiar

Estratégia Nacional de Promoção de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar para crianças até 2 anos

ESTRATÉGIA AMAMENTA E ALIMENTA BRASIL



Qualificação do processo de trabalho dos profissionais da atenção básica para o **fortalecimento** das ações de promoção, proteção e apoio ao **aleitamento materno** e a **alimentação complementar saudável** para crianças menores de dois anos.

Desde 2013:

- 196 oficinas de formação de tutores;
- 3.748 tutores formados;
- 1.568 unidades básicas de saúde que receberão oficina de trabalho;
- 20.121 profissionais da atenção básica qualificados na temática de AM e AC.
- 22 UBS certificadas

Programa Saúde na Escola

Fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento integral dos educandos e da relação entre escolas e UBS para o enfrentamento de vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento e a saúde integral.

- **18.313.214 escolares**
- **78.934 escolas**
- **19.999 mil creches**
- **32.317 equipes de saúde**

¹ O PSE foi expandido para as creches e pré-escolas em 2013

Fonte: e-sus/SAS/MS e SIMEC/MEC.



Acordo com as indústrias de alimentos de redução do sódio nos alimentos processados

Resultados da 2ª etapa de monitoramento da redução de sódio nos alimentos

Considerando os dois primeiros termos: retirada de **5.230** até 2012 e de **7.652 toneladas de sódio** até 2014.

Considerando todos os termos, estima-se a retirada de **28.562 toneladas** até 2020.



Água para Todos – Cisternas de consumo



911.724

Cisternas construídas no Semiárido
no âmbito do Água para Todos (APT)

(2011 a jan/2016)

1,2 milhão de cisternas no Semiárido desde 2003

Água para Todos

Tecnologias sociais de Água para Produção



159.621 tecnologias sociais no Semiárido

(entregues de 2011 a janeiro/2016 no Água para Todos)

Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e do DHAA em âmbito internacional

Estratégias:

1. Cooperação Internacional em SAN (Cooperação Horizontal)
2. Integração Regional: *fortalecimento de Fóruns Regionais – REAF, CELAC, CPLP*
3. Temas emergentes e apoio ao fortalecimento dos organismos multilaterais (FAO)

Implantação do SISAN – Situação atual

**CAISAN e CONSEA
Nacional em pleno
funcionamento**

Política Nacional de SAN

**Plano Nacional de SAN
- Início da elaboração do
PLANSAN 2016/2019**

**Articulação intersetorial
(20 ministérios envolvidos)**

**Relação federativa
fortalecida**



Adesão ao Sisan

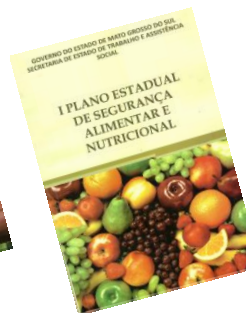
27 Estados aderidos

Planos Estaduais de SAN

(DF, CE, PE, MA, MG, PR, SC, RS, TO, PA, MS, BA)

89 municípios aderidos e

mais de 400 aptos a aderir



II Plano de SAN (2016-2019)

Lições aprendidas com o I Plano de SAN

- **Caráter estratégico:** metas claras e robustas em termos de impacto para a sociedade.
- O Plano deve **comunicar a sociedade** quais os seus objetivos e os resultados que serão alcançados nos próximos 4 anos.
- Importância de **incluir temas regulatórios** que tenham impacto substantivo para a sociedade e que não impliquem em recursos financeiros.
- Capacidade de **monitoramento de agendas transversais:** mulheres, segmentos e juventude.

Processo de elaboração II PLANSAN

- Construção do Plano a partir das prioridades e da Carta Política da V CNSAN.
- Matriz: prioridades da conferência x diretrizes da PNSAN x metas e iniciativas de Programas Temáticos do PPA (2016-2019).
- Pleno Executivo da Caisan: estruturação do Plano a partir de **grandes desafios a serem enfrentados nos próximos 4 anos**, levando em conta as 8 diretrizes da PNSAN.
- Seminário do II Plano de SAN (09 e 10/03/ 2016): **pactuação dos desafios e metas** com gestores e sociedade civil. Participação de 130 pessoas:
 - Participação dos 20 ministérios que compõe a CAISAN e de órgãos vinculados: CONAB, ANVISA, FUNAI e INCRA.
 - Sociedade civil representada pelo CONSEA.

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

Desafio 1 - Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN

- MDS, FNDE

Principal Estratégia:

- políticas de transferência de renda, que comprovaram alta efetividade para garantir o acesso aos alimentos das populações mais vulneráveis.

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

Desafio 2 - Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN
- MDS, MDA, CONAB, MAPA, MMA, SEPPIR, FUNAI, SESAI, FUNASA, MTE, INCRA

Principais Estratégias:

- Mapear as famílias mais vulneráveis e assegurar sua inclusão em políticas que ampliam as condições de acesso aos alimentos;
- Direito à terra e ao território como elemento estruturante;
- Políticas de Inclusão Produtiva Rural: fomento, ATER, água para produção e sementes.
- Acesso a serviços públicos

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

MACRO DESAFIO: Promoção de Sistemas Alimentares Sustentáveis

Desafio 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

**Corresponde a Diretriz 2 da PNSAN
- MDA, MMA, ANVISA, MAPA**

Principais Estratégias:

- Promover ações de apoio à estruturação produtiva da AF: crédito, assistência técnica e extensão rural e reforma agrária.
- Promover a transição para sistema agroecológicos de produção de alimentos.
- Fomentar políticas específicas para juventude e das mulheres no meio rural.

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

MACRO DESAFIO: Promoção de Sistemas Alimentares Sustentáveis

Desafio 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Corresponde a Diretriz 2 da PNSAN

- MDA, MDS, CONAB, MAPA, MTE, FNDE/MEC

Principais Estratégias:

- Promover as compras públicas da AF
- Promover as políticas de abastecimento alimentar e formação de estoques públicos - CONAB
- Estruturar os equipamentos públicos de SAN para o recebimento de alimentos saudáveis
- Regulamentar e adequar a legislação sanitária, fiscal e tributária para a AF
- Economia solidária

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

MACRO DESAFIO: Promoção de Sistemas Alimentares Sustentáveis

Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias

Corresponde as Diretrizes 3 e 5 da PNSAN

- MS, ANVISA, MDS, MTe, MAPA. MEC/FNDE

Principais Estratégias:

- Estabelecer os pactos federativos para a promoção da alimentação adequada e saudável
- Inserir da promoção da alimentação adequada e saudável nas estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social.
- Agenda regulatória: taxação de alimentos e regulamentação da publicidade e rotulagem de alimentos
- Vigilância à exposição dos riscos de agrotóxicos e monitoramento e reavaliação dos ingredientes ativos

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

- **Desafio 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação**

Corresponde a Diretriz 5 da PNSAN
- MS, ANVISA, MDS, MAPA, FNDE/MEC

Principais Estratégias:

- Ampliar a cobertura do Programa Saúde na Escola
- Promover o aleitamento materno
- Ampliar a cobertura do atendimento dos beneficiários do PBF na atenção básica
- Dar a continuidade às pactuações para a redução de sódio nos alimentos processados

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

- **Desafio 7 - Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural**

Corresponde a Diretriz 6 da PNSAN

- MDS, MMA, MI, FUNASA, MS

Principais Estratégias:

- Implantar a construção de tecnologias sociais de acesso à água para consumo para outras regiões que não o semiárido
- Implantar a construção de tecnologias sociais de acesso à água para produção
- Expandir a construção de cisternas nas escolas
- Ações relacionadas à revitalização de bacias

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

- **Desafio 8 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersectorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3, 8 da PNSAN e Diretriz SISAN;**

Corresponde as Diretrizes 3, 8 e do Sisan

Principais Estratégias:

- Ampliar a adesão dos municípios
- Ampliar número de estados com Planos de SAN
- Fortalecer os componentes do SISAN (intersectorialidade e participação social)
- Implantar estratégias continuadas de Formação em SAN
- Promover a Pesquisa e Extensão em SAN
- Implementar mecanismos de exigibilidade do DHAA
- Regulação da adesão das entidades com e sem fins lucrativos

Desafios e Estratégias

II Plano de SAN 2016-2019

- **Desafio 9** - Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional

Corresponde as Diretrizes 3, 8 e do Sisan da PNSAN
- MDA, MDS, MRE

Principais Estratégias:

- Inserir o Brasil nas discussões sobre governança global dos sistemas alimentares internacionais
- Atuar na formulação e na implementação da Década Internacional da Nutrição
- Promover a cooperação internacional no âmbito da REAF, da CPLP e da CELAC

Próximos Passos

- **Apresentação da 1ª versão do Plano ao CONSEA -**
Plenária de 29 e 30 de março do CONSEA
- **Elaboração da 2ª versão (com as contribuições do**
Consea) a ser submetida ao Pleno Executivo e Pleno
Ministerial
Até Maio de 2016
- **Versão Final para ser apresentada e entregue ao**
Consea.
Até Maio 2016

Obrigado

Secretaria Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN

www.caisan.gov.br